



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Ata da 58ª Sessão Ordinária da 4ª Sessão Legislativa da 18ª Legislatura da Câmara Municipal de João Pessoa. Sessão realizada de forma híbrida, no Plenário da CMJP, aos 22 dias do mês de outubro do ano de 2024.

Composição da mesa na abertura dos trabalhos

Presidente

Vereador Valdir José Dowsley – Dinho (PSD)

Primeiro-Secretário

Vereador Marcílio Pedro Siqueira Ferreira – Marcílio do HBE (REPUBLICANOS)

Lista de vereadores presentes em plenário

Vereador Carlos Henrique da Costa Santos – Carlão Pelo Bem (PL)

Vereador João Bosco dos Santos Filho – Bosquinho (PV)

Vereador Odon Bezerra Cavalcanti Sobrinho (PSB)

Vereador José Freire da Costa – Zezinho Botafogo (PSB)

Vereador Antônio Luiz de Lima Filho – Toinho Pé de Aço (REPUBLICANOS)

Vereador Bruno Farias de Paiva (AVANTE)

Vereador Carlos Gustavo Gomes de Oliveira – Guga (PP)

Vereador Emannuel Bezerra dos Santos – Emano Santos (PV)

Vereador Fernando Paulo Carrilho Milanez Neto (MDB)

Vereador Francisco Henrique da Silva – Chico do Sindicato (AVANTE)

Vereador João Carvalho da Costa Sobrinho – João Corujinha (PP)

Vereador José Luiz Pereira Gonçalves – Bispo José Luiz (REPUBLICANOS)

Vereador Junio Leandro Azevedo de Macedo – Junio Leandro Agente de Saúde (PDT)

Vereador Luís Flávio Medeiros Paiva – Dr. Luís Flávio (AVANTE)

Vereador Marcos Alexandre de Oliveira Lima Sobreira – Coronel Sobreira (NOVO)

Vereador Marcos Bandeira Pequeno (AVANTE)

Vereador Marcos Henriques e Silva (PT)

Vereador Marmuthe de Souza Cavalcanti (REPUBLICANOS)

Vereador Moisés Figueiredo Ferreira Lima – Mô Lima (PP)

Vereador Paulo Tarcísio Pessoa Jardim (PP)

Vereador Renato Martins Leitão (AVANTE)

Vereador Ronivon Ramalho Diniz – Mangueira (PP)

Vereador Thiago Nóbrega de Lucena (DEMOCRACIA CRISTÃ)

Ausentes com justificativa

Vereador Durval Ferreira da Silva Filho (PL)

Ausentes

Vereador Ives Rocha Leitão – Mikika Leitão (REPUBLICANOS)



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

ABERTURA

Às 09h55, o Sr. Presidente disse: “Sob a proteção de Deus, em nome do povo pessoense, declaro abertos os trabalhos desta sessão ordinária”. Na sequência, o Sr. vereador Coronel Sobreira solicitou para fazer a leitura do texto bíblico, que lhe foi concedida.

Inicialmente, o Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley - Dinho, registrou a presença da ex-deputada e ex-vereadora, Sr.^a Nadja Palitot, e do secretário Bezerra nas dependências da CMJP. Em seguida, agradeceu a toda solidariedade recebida e disse: “Sobre a decisão de ontem, proferida pelo Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, preciso dizer que sempre confiei e mantenho a minha confiança na justiça. Fui afastado do cargo com base em ilações maliciosas, com o objetivo de atingir a minha honra numa clara tentativa de terceirização das minhas responsabilidades. Tenho 20 anos de história dedicada à vida pública e ao povo da cidade de João Pessoa. Em 5 mandatos exercidos, nunca respondi a um processo relacionado com o meu trabalho. Sou votado em todos os bairros de João Pessoa e nunca tive envolvimento com qualquer fato não republicano. Preciso dizer que, ao lado dos vereadores desta Casa, representando o povo de João Pessoa, pretendo continuar servindo a esta cidade que tanto amo. Por isso digo que esta Casa continuará no seu trabalho, honrando a confiança de cada um dos seus eleitores. Repito: tenho fé em Deus e na justiça, e sei que ela será feita e foi feita na tarde no dia de ontem, com a unanimidade de um tribunal que me reconduziu ao cargo de vereador e de Presidente desta Casa. Muito obrigado a todos os vereadores – ao vereador Carlão, a Mesa Diretora, a todos os vereadores aqui presentes. Encerro minhas palavras fazendo esse desabafo no dia de hoje e prestando contas à população de João Pessoa. Muito obrigado”. Por fim, fez o registro da presença do prefeito de Cabedelo, Sr. Vitor Hugo, e informou que o Sr. vereador Renato Martins tomou posse nesta data.

1 PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. Presidente colocou em votação as atas das 56^a e 57^a Sessões Ordinárias, solicitada a dispensa de suas leituras, tendo em vista estarem disponíveis no SAPL. Havendo consenso do Plenário, as atas foram consideradas lidas e aprovadas. Em seguida, o Sr. Primeiro-Secretário procedeu à leitura dos documentos do expediente em mesa*.

Ofício nº 23/2024 – Autoria: GVDF

Assunto: Justifica ausência do vereador Durval Ferreira nesta sessão.

1.1 Discussão e votação de requerimentos, ofícios e indicações ()**

Aprovados os requerimentos, os ofícios e as indicações que constam na pauta do Setor do Expediente (SAPL). Conforme artigo 89, § 2º do Regimento Interno, foram retirados da pauta de votação os requerimentos, ofícios e indicações dos vereadores ausentes na sessão.

1.1.1 Discussão das indicações em destaque

Não houve.

1.1.2 Discussão dos requerimentos em destaque



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

REQ- Votos (Art.171, Inc. X - Reg. Interno CMJP) nº 259 de 2024, de autoria do Sr. vereador Junio Leandro – O Sr. vereador Carlão Pelo Bem disse: “Presidente e demais vereadores, é próprio do vereador Júnior Leandro apresentar nesta Casa requerimentos de *fake news*. O primeiro foi quando alegou aquele fato absurdo de dizer que o presidente Bolsonaro tinha se tornado *persona non grata* e agora mais uma *fake news*. Vereador Junio Leandro quer dizer que o candidato Queiroga está querendo fazer uma segregação de crianças autistas, na capital João Pessoa. Não cabe trazer esse debate. Primeiro porque é mentira, ele nunca falou em nenhum decreto, ele nunca falou em segregação de crianças atípicas ou autistas. A matéria é inclusão, as crianças autistas têm que ser incluídas e, lógico, observado o grau social de cada uma. Mas a grande resposta da sociedade, dessa Casa sempre foi de inclusão na educação dos autistas. E o vereador Junio Leandro querer trazer para cá uma *fake news* referendando, em plena semana de debate, querendo apresentar um voto de apoio a um candidato, nada mais é do que o uso da Casa de maneira errada. Essa Casa não vai referendar *fake news*, ela não pode referendar mentira, ela não pode referendar aquilo que não parte de primícias da verdade. Essa Casa, ela tem um grande compromisso, sempre foi a Casa mais democrática do nosso Estado, mas a gente não pode cancelar mentira, não pode cancelar momentos políticos para querer denegrir um candidato e elevar o outro. Essa Casa não pode ser o cenário disso. É direito do vereador Junio Leandro entrar com todo tipo de requerimento, menos os absurdos, menos as mentiras e menos os *fake news*. Em razão disso, eu peço que os vereadores não acatem esse voto de repúdio do vereador Junio Leandro”. O Sr. vereador Coronel Sobreira disse: “Bom, eu vendo esse requerimento do colega Junio, eu também quero me acostar à fala do vereador Carlão onde, em nenhum momento, inclusive, nos horários eleitorais se está explorando muito isso, mas em nenhum momento na fala, inclusive dos horários eleitorais, ele fala sobre isso, muito pelo contrário, que a fala dele o tempo todo é de inclusão. Agora, inclusão no tempo normal, por quê? No contra turno, sim, vai precisar de um atendimento educacional especializado, isso é em qualquer lugar. É preciso, no contra turno, ter esse atendimento especializado. Então é exatamente isso o que se fala e não na aula, no horário previsto, como todos os alunos estão, no horário curricular do turno normal. Então eu queria também pedir aos vereadores que não aprovassem esse requerimento porque não é, naturalmente, verdadeiro. Muito obrigado”. O Sr. vereador Marcos Henriques disse: “Sr. Presidente, é uma questão de concepção. A direita tem essa concepção higienista, como faz com os moradores de rua. Com as demais pessoas que precisam do Estado, eles tentam segregar, isso é fato, foi dito. Os autistas, aqueles que têm um espectro autista precisam ser reintegrados, inseridos no contexto da sociedade. E essa Casa, trazendo esse debate do vereador Junio Leandro, eu acho importante à gente discutir esse tema aqui, eu acho que é extremamente salutar a gente poder distinguir o que é bom para a população, o que é bom para aqueles que precisam da força do Estado no espectro autista. Então acho que é algo plausível, eu acho que essa Casa não está sendo usada, ela foi usada ontem quando trouxe o candidato Queiroga aqui para essa Casa. Aí, sim, é usado politicamente, certo? Agora, esse tipo de debate, eu acho que não tem nada a ver. Eu acho que é um debate que o vereador Junio trouxe e é bom à gente discutir isso, entendeu? Então eu concordo com o requerimento”. O Sr. vereador Junio Leandro disse: “Sr. Presidente, colegas vereadores, acontece que, no ano de 2020, o então presidente Jair Bolsonaro assina o decreto que incentiva a exclusão de alunos com deficiência. Inclusive, esse decreto chegou a ser suspenso pelo STF, que está aqui, estou lendo aqui: o decreto previa escolas especiais para alunos com deficiências, em aulas separadas, sem convívio algum com outras crianças. Para os maiores especialistas do Brasil, essa política causa segregação e viola o direito à educação inclusiva. O que se passa Sr. Presidente? Há dias, o então ex-ministro, o então ex-ministro do país, Sr. Queiroga, ao ser entrevistado se manteria o decreto ou algo parecido para a cidade de João Pessoa, ele respondeu da seguinte forma: Queiroga indicou que, o entendimento dependeria, inclusive, ele fala do grau, diz que depende do grau do



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

problema de cada um - ele trata a criança com deficiência com problema - e ele diz que depende do grau do problema de cada um. Automaticamente, ele deixa, sim, uma brecha para que possa, sim, no futuro, caso possa acontecer, ele segregar e separar em vez de incluir a criança com deficiência na sociedade, no meio estudantil, ele segregar e separar, contrariando a política atual, aonde cada escola tem uma pessoa para acompanhar cada criança de perto, fazendo tudo ao contrário, especialistas do Brasil criticaram essa coisa. Então assim, é uma forma de em nome de todas as mães e pais das crianças portadoras de deficiência repudiar essa fala e que, se Deus quiser, esse futuro aqui de segregação não vai existir. Obrigado, Sr. Presidente”. O Sr. vereador Milanez Neto disse: “Vamos colocar para a gente politizar menos no tema e evoluir mais no assunto. O próprio autor da proposta disse que entendeu que ficaria meio que duvidosa a declaração de Dr. Marcelo Queiroga. O voto de repúdio é algo muito duro para você dar para alguém onde você já tem inclusive o desmentido do próprio Dr. Marcelo em relação ao tema. Então, eu pessoalmente primeiro pediria ao vereador Junio que se possível retirasse o voto de repúdio, até porque já foi esclarecido por Dr. Marcelo que não foi dito com esse contexto e se tivesse feito teria, sim, o meu voto no voto de repúdio contra ele, mas já tá extremamente esclarecido e o mais sensato por parte da Casa era retirar o voto de repúdio até porque o próprio Dr. Marcelo já desmente o que foi veiculado. Em não sendo retirado, eu votarei contra o voto de repúdio até porque já foi totalmente esclarecido por Marcelo Queiroga”. O Sr. vereador Tarciso Jardim disse: “Presidente, eu já ia falar exatamente no ponto que o vereador Milanez tocou, mas esse tema traz uma reflexão de que a gente precisa se aprofundar ainda mais no tema do autismo, na pauta das crianças atípicas, e que isso não seja instrumento político como a gente vê. Entra eleição, sai a eleição, projetos e mais projetos e ações efetivas para a sociedade de menos. Então, eu acho que um voto de repúdio é algo muito desproporcional, qualquer um aqui está passível de má interpretação, principalmente num pleito tão complexo que é disputa de Executivo. Eu acho que para a gente repudiar alguém é preciso haver algo concretamente ofensivo e não uma má interpretação, porque a meu ver foi uma má interpretação, inclusive houve uma restauração da fala pelo próprio candidato Marcelo Queiroga. Então, era só para trazer esse esclarecimento para que a gente possa se aprofundar no autismo, mas repudiar alguém durante uma fala que ele mesmo esclareceu a inconveniência, eu acho que o mais sensato, como falou bem falou o vereador Milanez, era retirar esse projeto de pauta, mas caso contrário, se não retirarem, eu já antecipo aqui o meu voto contrário”. O Sr. vereador Bispo José Luiz disse: “Senhor Presidente e demais colegas vereadores, não é novidade para ninguém que o nosso país vive uma divisão são os lulistas, os bolsonaristas e isso não se atém apenas na esfera do Governo Federal, mas desce também para os Municípios, para as eleições municipais, como a gente vê essa divisão acontecendo e em muitos casos se pega a coisas pontuais para querer denegrir ou até mesmo colocar palavras mal colocadas por uma má interpretação na boca de outros. Eu ouvi na sexta-feira passada, no Correio Verdade, da Arapuã, a explicação de Dr. Marcelo Queiroga colocando a verdade dos fatos, explicando o que aconteceu de fato para essa fala ter sido tão mal interpretada. Então, os colegas que me antecederam falaram aí muita coisa interessante e em relação ao voto do repúdio, se ele não for retirado de pauta, antecipo o meu voto também, porque eu serei contrário”. O Presidente Valdir Dowsley – Dinho – disse: “Para retirar o requerimento, só quem pode retirar é o autor e eu pergunto ao vereador Junio Leandro se o mesmo deseja retirar o requerimento”. O Sr. vereador Junio Leandro disse: “Em respeito às mães de crianças portadoras de deficiência, eu irei manter o requerimento”.

Situação: aprovado. (7 favoráveis, 6 abstenções e 6 contrários).

Pela Ordem, o Sr. vereador Carlão Pelo Bem disse: “Presidente, a respeito da contagem, eu fui apontar a quantidade de abstenções e deu aqui para nós que foram seis contrários ao requerimento, cinco favoráveis contando com as abstenções. Então, quem foi favorável é só levantar a mão, porque se tiver



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

sete aí sim a gente vai conseguir compreender”. O Presidente Valdir Dowsley – Dinho disse: “Foram sete que não se levantaram”. O Sr. vereador Carlão Pelo Bem disse: “Peço para que se foram 7, que se manifestem, porque V. Ex.^a há de compreender que foi a primeira votação que teve de requerimento com essa quantidade de abstenções e eu só quero entender quem votou contra”.

Pela Ordem, o Sr. vereador Thiago Lucena disse: “Presidente, se me permite, antes da declaração de votos, mas eu queria realmente reafirmar o que Carlão está falando para fazer essa recontagem, porque se a gente contabilizar os sete votos, mas seis, mais cinco, dão menos votos do que a quantidade de vereadores aqui”. O Presidente Valdir Dowsley – Dinho – determinou a recontagem dos votos pelo Primeiro-Secretário, que confirmou a contagem.

Situação: aprovado pela maioria dos vereadores presentes.

Declaração de voto: O Sr. vereador Thiago Lucena disse: “Presidente, só para reafirmar que a gente já discutiu várias vezes aqui voto de repúdio, o vereador Junio Leandro tem todo o direito de protocolar, é seu direito como vereador. Mas a minha posição aqui, geralmente, com voto de repúdio é sendo contrário, não tenho nenhuma aproximação com quem fez essa fala, mas é que muitas vezes essa fala foi mais por desconhecimento do tema do que por ataque, por maldade ao tema. Então, meu voto contrário ao voto de repúdio é por conta disso. Mas a gente, às vezes, peca pelo desconhecimento, e acredito que assim foi feito pelo candidato e aqui minha posição é nesse sentido”. O Sr. vereador Bispo José Luiz disse: “Sr. Presidente, diante do que eu ouvi do próprio médico, Marcelo Queiroga, na Rádio Arapuã, eu mantenho o meu posicionamento contrário ao voto de repúdio. Uma má colocação, uma colocação infeliz, isso não nos dá o direito de esbrachar o médico. Eu tenho certeza que quando ele se formou, ele fez o juramento de salvar vidas, de cuidar de vidas, e não destruir. Eu não voto nele, não tenho nenhuma aproximação com ele, mas eu acho que a gente não pode tratar um médico dessa forma”. O Sr. vereador Junio Leandro disse: “Sr. Presidente, só para que não haja outras interpretações. Após ser questionado ele respondeu da seguinte forma: *depende do grau de problema de cada aluno*. E eu queria deixar aqui essa mensagem para o ex-ministro da saúde, que não existe esse depende do grau, a gente preza pela política de inclusão, qualquer criança portadora de deficiência, quaisquer que sejam têm que estar no convívio da sociedade junto das crianças em sala de aula e é assim que vai ser aqui na cidade de João Pessoa, independente do grau de autismo, e de qualquer outro tipo de condição da criança, o lugar da criança é no convívio de outras crianças, sem segregação, preconceito e discriminação entre elas. Então parabéns esta Casa e dizer que aqui em João Pessoa essa segregação não existirá”. O Sr. vereador Fernando Milanez Neto disse: “Externar que aqui quem está votando favorável ou contrário, não está declarando voto para A ou para B. A gente acabou de repudiar o que não existiu. Se teve o desmentido por parte da pessoa que se alega que falou, a gente acabou de repudiar o inexistente. A gente acabou de fazer uma cena política. Que é isso que prejudica muito a política do Brasil. É uma guerra constante entre ideologias, e quem fica no meio disso são pais e mães de crianças que precisam de fato e de direito de atenção maior por parte do Legislativo e do Executivo”. O Sr. vereador Coronel Sobreira disse: “Lamentar essa aprovação na manhã de hoje, que de fato não expressa a verdade, foi um requerimento tendencioso, político, que não retrata a verdade dos fatos. A inclusão é a regra, no turno o aluno vai estar convivendo com os demais alunos. Há previsão legal, pedagógica, para que se tenha um atendimento educacional especializado no contra turno. Entendo que foi requerimento tendencioso e político”. O Sr. vereador Carlão disse: “A gente não ajuda a política quando a gente politiza um assunto tão importante quanto o autismo. Quando a gente politiza homens que estão neste debate, mas que também precisam ser visto como profissionais. Usar politicamente as crianças autistas, os pais deles, para tentar fazer essa politicagem aqui na Câmara Municipal de João Pessoa é absurdo. Quero agradecer aos vereadores que me acompanharam, que acompanharam a verdade e não a mentira”.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

1.2 Comentários

O Sr. vereador Renato Martins disse: “Bom dia, amigos vareadores, quem saúdo na pessoa do nosso Presidente Dinho e do meu amigo vareador Mô Lima, que tenho certeza que abrilhantará a próxima legislatura e levará um pouco dos sonhos da família Renato Martins aqui na Casa. Abraçar a todos do plenário, a toda a imprensa, a todos os funcionários da Casa, abraçar em especial algumas pessoas que acompanharam os nossos dias e noites de angústia, no caso, meu amigo vareador Milanez, muito obrigado, meu padrinho vareador Chico, muito obrigado pela firmeza partidária e defesa do nosso nome, de maneira que a gente tem um sentimento de gratidão tão grande, uma vontade tão grande de dar um abraço em todos aqueles que sempre acreditaram na nossa luta, porque o que a gente pode é só tentar em palavras abraçar todos os amigos e amigas que estão em casa, que estão nas redes sociais, que estão na TV Câmara, que vão ver mais tarde, essa nossa declaração de amor à cidade de João Pessoa. Chego com espírito leve, passei esse período distante da Casa, na academia, estudando, me tornei mestre em Gestão Pública, especialista em diversas áreas, curso Direito, e me sinto nesse momento assim, mais qualificado para melhor representar o desafio de fazer a política, servir ao objetivo da qualidade de vida. A política e a democracia estão nesse momento forçados, compelidos, coagidos pela sociedade a darem respostas na qualidade de vida direta da sociedade, sob pena da própria política se tornar na visão de uma parcela crescente da sociedade, e eu não estou falando só daqueles ditos fascistas, que são um mau caráter de carteirinha não, eu estou falando daquele cidadão de bem, o trabalhador, quando ele começa a não ver na política a resposta para a melhoria da sua qualidade de vida, ele começa a embarcar em aventuras autoritárias e essa tarefa, esse desafio, passa por cada um de nós. Eu agradeço a generosidade do tempo que o Presidente Dinho me concedeu para dizer que todos os meus dias, meus dois meses e dez dias, se eu não me engano a memória, será aqui para fazer das nossas ideias, das nossas lutas, das nossas leis, um instrumento que faça com que a sociedade perceba que o parlamento mirim é um local primeiro para que a cidade se sinta protegida pela democracia, se sinta assim respondida nos seus problemas, nos seus anseios pelos seus representados, que a crise de representatividade aqui não tenha eco, que aqui a gente consiga lutar por um transporte coletivo universalizado na sua qualidade, com ar-condicionado, com wi-fi. Prefeito Cícero já fez iniciativas nesse sentido, mas a tarefa de universalizar ainda é uma tarefa que está posta. O ônibus com qualidade, ele desafoga o trânsito e gera qualidade de vida, porque calor no ônibus é estresse. Outra ideia é que a gente precisa pensar e levar a sério. Nós precisamos ter gestão condominial nos condomínios residenciais da Prefeitura. É preciso que a gente prepare desde a elaboração da construção daquele condomínio popular, quem vai ser o presidente, o vice-presidente, o tesoureiro daquele condomínio. Lá tem a lavanderia pública para as nossas mãezinhas poderem lavar roupa na lavanderia pública, já que muitas não têm dinheiro para a máquina de lavar privada, e assim poder se sentir empoderadas. Onde a sociedade civil organizada vence, a criminalidade não se expande. E assim a gente dá resposta, e cada resposta que a gente dá é um gol a favor da democracia, é um gol a favor da qualidade de vida, é nisso que nosso mandato está disposto a fazer. E dessa vez na situação, pela primeira vez eu estou aqui como vereador da base, da base do prefeito Cícero Lucena e com muito orgulho vou tentar corresponder nesses dois meses e dez dias àquilo que a população espera de um vereador, de um vereador de verdade, obrigado senhor Presidente”.

1.3 Demais Matérias Legislativas Encaminhadas ()**

Em pauta do SAPL.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

PLO 2286/2024

Autoria: Executivo Municipal

Assunto: AUTORIZA O FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS DE BRONZEAMENTO ARTIFICIAL NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA.

1.4 Demais comunicações

O Presidente comunicou a presença nas dependências da CMJP da ex-deputada e ex-vereadora Sr.^a Nadja Palitot, do secretário municipal Bezerra e do prefeito de Cabedelo, Sr. Vitor Hugo.

2 ORDEM DO DIA (*)**

Apreciadas as seguintes matérias:

ITEM 01: VETO nº 185/2024

Autoria: Executivo Municipal

Assunto: VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI N.º 185/2021, EM SEUS ARTS. 2º, 3º, 4º E 5º, QUE “TORNA OBRIGATÓRIA A PRESTAÇÃO DE SOCORRO AOS ANIMAIS ATROPELADOS PELO ATROPELADOR NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, NA FORMA QUE MENCIONA”, DE AUTORIA DO VEREADOR JUNIO LEANDRO.

Parecer: da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa pela MANUTENÇÃO do veto.

Discussão: Consenso do Plenário.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 24; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 02.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley - Dinho, declarou mantido o veto.

Declaração de voto: O Sr. vereador Junio Leandro disse: “Esse projeto é um dos projetos que eu pedi – e deixo aqui registrado – que o veto veio intempestivo, fora de prazo. Esse projeto nosso é de muito tempo – o veto está chegando agora. Então eu já tinha pedido ao pessoal da Casa para rever esses prazos. Muitos projetos aqui estão sendo vetados fora de prazo, e aí eu faço esse apelo ao pessoal da Técnica que se atente aos prazos, que os vetos estão vindo fora de prazo. Esse projeto meu aqui, eu acho que já faz uns dois anos. Tem projeto meu, aqui, muito fora de prazo. Então, senhor Presidente, é para depois eu não questionar isso e derrubar o veto de outras formas. Então era só para deixar constado aqui, nos autos”. O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley - Dinho disse: “Peço ao secretário legislativo... o veto, na verdade, é um veto parcial. Não é um veto total”.

ITEM 02: VETO nº 186/2024

Autoria: Executivo Municipal

Assunto: VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI N.º 455/2021, QUE “AUTORIZA AS ESCOLAS MUNICIPAIS, ATRAVÉS DE SEUS DIRETORES, SEM DESPESA PARA A ADMINISTRAÇÃO, A OFERECEREM OFICINAS DE CULTURA E ARTE, PALESTRAS, ATIVIDADES PEDAGÓGICAS E SOCIAIS, DESENVOLVIDAS PELAS FORÇAS ARMADAS FEDERAIS OU FORÇAS DE SEGURANÇA PÚBLICA ESTADUAL”, DE AUTORIA DO VEREADOR MARCÍLIO DO HBE.

Parecer: da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa pela MANUTENÇÃO do veto.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Discussão: O Sr. vereador Marcílio do HBE disse: “Esse veto aqui, que é um projeto meu, eu tirei por base o trabalho que todos nós presenciamos no dia a dia, ali, no Busto de Tamandaré, aonde oficiais da Polícia Militar fazem oficinas de dança, de música, de cultura, realizando atividades ali naquele dia, todos os dias, no Busto de Tamandaré. Inclusive, nós temos atletas que são promovidos à classe militar para que eles possam disputar, vereador Carlão, as suas competições e para que eles possam também passar nas escolas fazendo palestras motivacionais às crianças. E eles viram militares até porque se eles são atletas, eles vão para as competições, olimpíadas mundiais, eles viram militares e retornam fazendo palestras e fazendo motivação às crianças nas escolas, no dia a dia. Agora mesmo, nós tivemos aqui uma dupla de voleibol aonde atletas eram militares e estariam nas escolas fazendo palestra aos alunos. Então isso foi uma das coisas que me motivaram a montar esse projeto e apresentar. Só isso a declarar e peço que meus pares vejam a importância do trabalho dessas pessoas, no dia a dia. Obrigado”. O Sr. vereador Marcos Henriques disse: “Sr. Presidente, eu queria concordar com o veto do prefeito Cícero Lucena uma vez que nós temos vários trabalhadores e trabalhadoras na área de cultura e arte dando palestras, inclusive, pedagógicas e eu acho que, nesse momento, a gente precisa desmilitarizar, certo? Eu acho que a partir do momento que a gente tira a função de uma força e coloca em outra e, ao mesmo tempo, desvalorizar aqueles profissionais de cultura e arte que precisam, sim, estar inseridos nas escolas dando palestras pedagógicas e podendo interagir com os alunos, eu acho que é uma questão inversa. Acho que foi por isso que o prefeito Cícero Lucena vetou e tem o meu total apoio”. O Sr. vereador Carlão Pelo Bem disse: “Bem, vereadores, a arte de promover a cultura e o esporte é necessária em todas as searas, inclusive, e também nas Forças Armadas. O vereador Marcos Henriques morre de medo de pessoa fardada. Vereador Marcos Henrique morre de medo, parece que não pode ver homens ou mulheres com as roupas das Forças Armadas que dá nele um arrepio. Tenha medo, não, vereador Marcos Henriques, está provado aqui que esses homens estão para promover não só a segurança da nação, mas também a cultura, mas também o esporte, mas também a arte. Quantos profissionais a gente vê campeões olímpicos que partiram em razão da promoção das Forças Armadas com o esporte? Quanta beleza existe nas marchas maciais das Forças Armadas? É da promoção da cultura que nós estamos falando. É da promoção do esporte que nós estamos falando. É a ampliação desse debate. E eu acho extremamente importante o que trouxe o projeto do vereador Marcílio, ao qual me acosto de todas as maneiras e em nada diminui os outros profissionais da cultura, só aumenta”. O Sr. vereador Luís Flávio disse: “Sr. Presidente, eu gostaria de ouvir as razões, se o líder de nossa bancada, vereador Bruno Farias, pudesse expor as razões desse veto, porque se não tiver uma boa justificativa para mim, eu voto contra o veto”.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 20; contrários: 03 (Luís Flávio, Coronel Sobreira, Carlão Pelo Bem); abstenções: 01 (Milanez Neto); ausentes: 02.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley - Dinho, declarou mantido o veto.

Declaração de voto: O Sr. vereador Milanez Neto disse: “Minha abstenção é pela única razão que esse projeto, ele não criava obrigação ao Executivo. Ele tão somente autorizava o Executivo a ter, se ele entender que seja ou não importante, pudesse colocar o tema em discussão na educação no município. A minha abstenção é tão somente por isso: não obrigava ao Executivo, apenas autorizava ele a fazer o que, na verdade, ele já é autorizado. Teoricamente, ele já tem essa autorização”. O Sr. vereador Coronel Sobreira disse: “De fato, esse aí é um veto que não vai funcionar porque as instituições militares, as Forças Armadas, ou as Forças Estaduais, ou até mesmo a Guarda Municipal nas datas comemorativas, por exemplo, no Dia do Soldado, no Dia da Independência, Dia da Proclamação da República, essas instituições são convidadas a palestrar nessas escolas. Então, esse veto, ele não vai funcionar, sabe? Eu acho que, inclusive, a Casa aqui, não fez bem em aprovar o veto do Prefeito”. O Sr. vereador Thiago Lucena disse: “Presidente, na verdade, meu voto foi manutenção do veto, assim



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

como foi também na votação do projeto, que na minha humilde opinião, na verdade, a gente deve autorizar aqui o Executivo em certos projetos, em aberturas de crédito, em LOA, LDO, tem várias ações que nós devemos autorizar o Executivo a fazer algo, mas algo que ele já pode fazer não deve, na minha visão, e com todo respeito, vereador Marcílio, eu votei nesse sentido porque a gente já tem desde o mandato passado o entendimento na CCJ, seguindo o entendimento da Câmara Federal, que, autorizativos, eles não devem tramitar. Então, a autorização, na minha visão, é somente para projetos que o prefeito precisa da nossa autorização para agir. Por isso, o meu voto pela manutenção”. O Sr. vereador Marcos Henriques disse: “Sr. Presidente, queria só falar do respeito que eu tenho pelas Forças de Segurança, pelo Exército, pela Polícia. Eu tenho muito respeito por eles. O tema em pauta é um tema que fala sobre a questão pedagógica, a questão da importância da gente valorizar os agentes culturais nas escolas. Eu acho que isso, sim, é a gente valorizar, pagá-los bem e fazer com que eles possam ensinar a cultura. Para não correr o risco da gente militarizar e fazer a desgraceira que foi no governo Bolsonaro, encher de militar e acabar com o nosso país. Então a gente precisa colocar cada quadrado no seu lado para que a gente não corra o risco de fazer, de novo, esse erro que, se Deus quiser, nunca mais vai voltar”. O Sr. vereador Marcílio do HBE disse: “Sr. Presidente, eu acompanhei atentamente as razões do companheiro Marcos Henriques quando ele fala que a gente tira do profissional de cultura, o direito de trabalhar. Não tem nada a ver. A gente soma, nós estamos aqui para somar, através de projetos, inclusive, conversei com muitas pessoas da cultura onde eles diziam que, de acordo com a sua graduação, eles não tinham competência de fazer esse trabalho aqui. Isso aqui está de acordo da graduação de cada pessoa que vai exercer esse trabalho. Como coloquei aqui a questão dos atletas olímpicos, até atletas paraolímpicos, que poderão ser militares de palestrar nas escolas, dando testemunho, incentivando as crianças a participarem do esporte, que é o caminho mais certo que tem na vida do cidadão, tanto no futuro como no social, na inclusão. Então isso foi somente, Coronel Sobreira deixou um aviso aí interessante, aonde, amanhã, se uma escola do Município convidar um militar para proferir uma palestra no período da Semana da Independência, no período do Dia do Soldado, eles terão direito de dizer: não vou, não, porque nós somos vetados pelo prefeito. E aí? Foi vetado, meu amigo. Tá aqui o veto. Pelo amor de Deus. Vocês entendam isso aqui. Então vocês não estão entendendo o teor do projeto. Vocês não estão entendendo. Então assim, é bom soltar no microfone aqui, do plenário, o que não está entendendo. Mas aceito, sou, sempre fui da disputa, através do esporte, aceito totalmente o veto, mas deixo essa interrogação que o Coronel Sobreira deixou aí, tá? Obrigado, Sr. Presidente”. O Sr. vereador Carlão Pelo Bem disse: “Bem, a questão da autorização ou conceder autorização a quem já tem, eu até entendo a fala do vereador Thiago. Mas um projeto de lei, muitas vezes, ele vem com o espírito de promoção, com espírito de poder fazer com que a arte, a cultura, o esporte, eles cresçam. Então é esse espírito, existe algo que a gente chama aqui de espírito da lei. Tudo bem se esse espírito não puder ser autorizado, ele já existe implicitamente, a lei ainda assim tem o seu espírito que é a promoção da cultura e da arte. Mais uma vez, o que a gente vê na concordância desse veto, ao qual, Presidente, quero que registre que eu votei pela derrubada do veto. A gente vê é um temor por essa turma do PT que não pode ver uma farda. Não sei se acham que vão ser presos. Não pode ver homens fardados, mulheres fardadas. Não pode ver a ordem, não pode ver o progresso. Então em nome disso, eu deixo esse registro porque o que a gente tem aqui é a promoção da arte e da cultura. Eu termino dizendo que não tenham medo da ordem, a esquerda, nem o vereador Marcos Henriques e nem o PT. Não tenham medo da ordem, nem das fardas, elas vêm para afastar homens maus, elas vêm para derrotar o crime e fazer crescerem os homens e mulheres de bem”.

ITEM 03: VETO 191/2024

Autoria: Executivo Municipal



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Assunto: VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 443/2021, QUE “DISPÕE SOBRE A COLETA EM SUAS RESIDÊNCIAS DE MATERIAIS PARA EXAMES DE PESSOAS IDOSAS COM DIFICULDADE LOCOMOTORAS OU PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS PELOS LABORATÓRIOS CONVENIADOS COM O MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”, DE AUTORIA DO VEREADOR TANILSON SOARES.

Parecer: da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa pela MANUTENÇÃO do veto.

Discussão: Consenso do Plenário.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 24; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 02.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley – Dinho, declarou mantido o veto.

ITEM 04: VETO 196/2024

Autoria: Executivo Municipal

Assunto: VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 1266/2022, QUE “DISPÕE SOBRE A ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXA DE INSCRIÇÃO, EM CONCURSOS PÚBLICOS DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, PARA MÃES DE CRIANÇAS PREMATURAS E MULHERES DOADORAS DE LEITE MATERNO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”, DE AUTORIA DO VEREADOR MARMUTHE CAVALCANTI.

Parecer: da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa pela MANUTENÇÃO do veto.

Discussão: O Sr. vereador Bruno Farias solicitou a retirada da matéria de pauta para ser apreciada na próxima sessão. O Presidente informou que se tratava de um veto e não poderia ser retirado para não trancar a pauta, segundo o Regimento Interno. O Sr. vereador Zezinho Botafogo disse: “Senhor Presidente, esse projeto que o vereador Marmuthe apresenta, eu apresentei na minha terceira legislatura aqui e foi vetado. Está certo que foi em outra legislatura, mas nós já tivemos essa matéria apresentada aqui, vetada, apresentada no plenário e foi mantido o veto. Só para lembrar que nós já apresentamos esse projeto”. O Presidente Valdir Dowsley – Dinho – disse: “Infelizmente, está em votação, é um Veto do Executivo e nem o próprio autor pode retirar, ou aprova ou derruba, era para ter retirado antes da pauta”. O Sr. vereador Marcos Henriques disse: “Senhor Presidente, eu acho que esse projeto já foi reinserido aqui na pauta, já foi apresentado pelo vereador Zezinho e é um projeto extremamente importante. É um projeto que mães de crianças prematuras, mulheres de doadores de leite materno tenham a isenção de inscrição em concursos públicos. Eu acho que isso não é um ônus para o Município, mas é a oportunidade para muitas mulheres, que inclusive são carentes, de poder realizar o concurso público. Então, parabênizo aqui tanto o vereador Zezinho quanto o vereador Marmuthe por esse projeto e peço que nós possamos caçar e derrubar esse veto do prefeito”. O Sr. vereador Marmuthe Cavalcanti disse: “Tendo em vista o impedimento pela retirada para a discussão, para melhor aprofundamento, para ser inserido na próxima sessão, por não ter condição regimentalmente mesmo atendendo ao pedido do líder do governo, não tem condições de retirar o veto regimentalmente?” O Presidente Valdir Dowsley – Dinho – disse: “Estamos em votação, teria condições antes da pauta se o Executivo retirasse, mas aí é um veto do Executivo, só tem duas alternativas: aprovar ou vetar. Veto não cabe pedido de vistas, nem retirada, até porque ele tranca a pauta, o autor é o Executivo. O que está se discutindo é o mérito do veto”. O Sr. vereador Thiago Lucena disse: “Só uma sugestão para o vereador Marmuthe, se não dá para retirar, para colocar para o final da pauta, enquanto a gente vota outros projetos, porque aí ele conversa com o líder”. O Presidente



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Valdir Dowsley – Dinho – disse: “Vamos para o próximo veto e adiar a votação agora, mas ele tem que ser colocado”.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley - Dinho, determinou a suspensão da apreciação do veto até a votação das outras matérias em pauta com retorno no final da Ordem do Dia.

Em Questão de Ordem, o Sr. vereador Junio Leandro disse: “Mais uma vez, peço a atenção da Técnica da Casa, mais uma vez eu vou falar sobre esse projeto. Apresentamos o projeto nº 1173, e em maio de 2023, ele foi aprovado nesse plenário. Foi mandado para o Executivo no dia 11 de setembro aguardando o veto. Consta no SAPL que esse projeto está vetado, porém o veto chegou a esta Casa no mês de setembro deste ano e ainda está na CCJRLP, sequer foi votado. Então, um projeto meu consta vetado, porém o veto chegou no mês de setembro, dia 19 de setembro desse ano, e ainda se encontra na relatoria do vereador Bosquinho, ou seja, um ano após ter chegado na Prefeitura, o veto chega nesta Casa, ainda está na CCJRL, e o projeto que deveria ter virado lei tacitamente ainda se encontra tramitando o veto. O projeto trata de autorizar veículos com carga viva de animais a transitar pela faixa exclusiva de ônibus, porque animal no trânsito tem calor, é problema, cria estresse. Então, autoriza os veículos de petshops transitarem na faixa com carga viva, levando animais em dias comuns. Eu quero que esse projeto vire lei, cumprindo o regimento dessa Casa”.

O Presidente Valdir Dowsley – Dinho – disse: “Na verdade já é, foi um veto parcial, então já virou só sem o Art. 2º, 3º e 5º, mas hoje já é. O veto cabe aos artigos, a lei já existe, só esses artigos que foram retirados, é um veto parcial”.

ITEM 05: PLO 1638/2023

Autoria: Zezinho Botafogo

Assunto: INSTITUI O PROGRAMA DE ESTÍMULO E INCENTIVO À PRÁTICA DE ROBÓTICA NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa, Comissão de Políticas Públicas, Comissão de Finanças, Orçamento, Obras e Administração Pública.

Discussão: Consenso do Plenário.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 24; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 02.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley - Dinho, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.

ITEM 06: PLO 1671/2023

Autoria: Zezinho Botafogo

Assunto: INSTITUI O PLANO MUNICIPAL DA PRIMEIRA INFÂNCIA NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa, Comissão de Políticas Públicas, Comissão de Finanças, Orçamento, Obras e Administração Pública.

Discussão: Consenso do Plenário.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 24; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 02.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley - Dinho, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.

ITEM 07: PLO 1678/2023

Autoria: Zezinho Botafogo



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Assunto: INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE INCENTIVO E APOIO AOS POETAS REPENTISTAS E SUAS OBRAS NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa, Comissão de Políticas Públicas, Comissão de Finanças, Orçamento, Obras e Administração Pública.

Discussão: Consenso do Plenário.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 24; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 02.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley - Dinho, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.

O Presidente disse: “Sobre o projeto que autoriza o funcionamento de estabelecimentos de bronzeamento artificial, comunicar que existe uma lei federal que impediria o trâmite deste projeto, mas, por prudência, estou encaminhando, vou ler a mensagem, a mensagem 110/2024, e encaminhar para as comissões. Se as comissões derem o parecer contrário, aí é uma decisão. Mas o projeto será lido e tramitado nesta Casa, o projeto segue para as comissões para tramitar normalmente e aguardar parecer das mesmas, é o PLO 2286/2024, segue a tramitação”.

ITEM 08: PLO 1831/2023

Autoria: Zezinho Botafogo

Assunto: INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE ATENÇÃO AO PORTADOR DE DOENÇA RENAL NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa, Comissão de Políticas Públicas, Comissão de Finanças, Orçamento, Obras e Administração Pública.

Discussão: Consenso do Plenário.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 17; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 09.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Dinho, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.

ITEM 09: PLO 1837/2023

Autoria: Zezinho Botafogo

Assunto: ESTABELECE DIRETRIZES PARA A IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa, Comissão de Políticas Públicas, Comissão de Finanças, Orçamento, Obras e Administração Pública.

Discussão: Consenso do Plenário.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 18; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 08.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Dinho, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.

ITEM 10: PLO 2009/2024

Autoria: Damásio Franca Neto

Assunto: INSTITUI O PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO DE AGENTES COMUNITÁRIAS DE SAÚDE PARA REALIZAÇÃO DE ACOLHIMENTO A VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, DENOMINADO "CAPACITANDO QUEM ACOLHE", E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa, Comissão de Políticas Públicas, Comissão de Finanças, Orçamento, Obras e Administração Pública.

Discussão: Consenso do Plenário.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 20; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 06.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Dinho, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.

ITEM 11: PLO 2043/2024

Autoria: Zezinho Botafogo

Assunto: DISPÕE SOBRE A FISIOTERAPIA DE REABILITAÇÃO PARA MULHERES MASTECTOMIZADAS, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA.

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa, Comissão de Políticas Públicas, Comissão de Finanças, Orçamento, Obras e Administração Pública.

Discussão: Consenso do Plenário.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 17; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 09.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Dinho, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.

ITEM 12: PLO 2209/2024

Autoria: Executivo Municipal

Assunto: AUTORIZA A REALOCAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NA SMS/FMS E SEDHUC/FMAS ATRAVÉS DOS INSTRUMENTOS DA TRANSPOSIÇÃO, DO REMANEJAMENTO E DA TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DE UMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO PARA OUTRA, EM OBSERVÂNCIA AO INCISO VI, DO ARTIGO 167, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (R\$ 7,3 MI)

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa, Comissão de Finanças, Orçamento, Obras e Administração Pública.

Discussão: O Sr. vereador Marcos Henriques disse: “Sr. Presidente, eu, enquanto Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Criança e do Adolescente, eu não posso cancelar ações estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Sai recurso de lá, sai também da construção de reformas da SEDUC, sai também da manutenção da questão da Casa dos Conselhos de Direitos. Então, eu não posso concordar com isso. Lembro que nessa Casa entrou um projeto de criação do Orçamento da Criança e Adolescente. Já deve estar nas comissões. Então acho que é um projeto contraditório, motivo pelo qual eu já me coloco frontalmente contra. A própria frente parlamentar gostaria de ser convidada pela gestão para discutir as questões relativas às políticas da criança e do adolescente. Fica aqui a dica e o meu voto contrário”.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 19; contrários: 05 (Marcos Henriques, Coronel Sobreira, Fernando Milanez Neto, Carlão Pelo Bem, Toinho Pé de Aço); abstenções: 00; ausentes: 02.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Dinho Dowsley, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.

ITEM 13: PLO 2222/2024

Autoria: Emano Santos

Assunto: INCLUI NO ANEXO I DA LEI Nº 13.679, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2018, QUE CONSOLIDA AS LEIS MUNICIPAIS QUE DÃO NOMES AS ARTÉRIAS PÚBLICAS DA CIDADE DE JOÃO PESSOA, RUA JOSÉ BRILHANTE DA NÓBREGA.

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa.

Discussão: Consenso do Plenário.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 24; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 02.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley - Dinho, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

ITEM 14: PLO 2254/2024

Autoria: Executivo Municipal

Assunto: AUTORIZA A REALOCAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NA SECITEC ATRAVÉS DOS INSTRUMENTOS DA TRANSPOSIÇÃO E DA TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DE UMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO PARA OUTRA, NO VIGENTE ORÇAMENTO, EM OBSERVÂNCIA AO INCISO VI, DO ARTIGO 167, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (R\$ 150 MIL)

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa e Comissão de Políticas Públicas, Comissão de Finanças, Orçamento, Obras e Administração Pública.

Discussão: Consenso do Plenário.

Votação Simbólica (*):** favoráveis: 18; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 08.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley - Dinho, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.

ITEM 15: PLO 2270/2024

Autoria: Executivo Municipal

Assunto: AUTORIZA A REALOCAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NOS EGM/SEAD ATRAVÉS DO INSTRUMENTO DA TRANSPOSIÇÃO, NO VIGENTE ORÇAMENTO, EM OBSERVÂNCIA AO INCISO VI, DO ARTIGO 167, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (R\$ 1,3 MI)

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa e Comissão de Políticas Públicas, Comissão de Finanças, Orçamento, Obras e Administração Pública.

Discussão: Consenso do Plenário.

Votação Simbólica (*):** favoráveis: 18; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 08.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley - Dinho, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.

3 GRANDE EXPEDIENTE (***)**

1º Orador (a)

O orador, Sr. vereador Fernando Milanez Neto, disse: “João Pessoa hoje foi surpreendida por algo que já vem sendo tratado por esta Casa. Pelo menos durante 8 anos que eu componho essa Casa, todo tempo a gente vem ouvindo a situação do transporte público de João Pessoa. Hoje, Coronel Sobreira, para chegar ao ápice do que é a decadência do transporte público de nossa cidade, no bairro do Treze de Maio, um vidro completo de um transporte coletivo cai, acidentando passageiros do transporte público. Já não basta a segunda passagem mais cara do Nordeste? Já não basta tantas e tantas promessas não cumpridas? Já não basta as linhas suprimidas ao longo do tempo? Já não basta a qualidade degradante desse transporte, chegamos ao ápice de todo o processo tendo um acidente com passageiros – inclusive, ainda não temos a realidade do que ocorreu. Precisamos rever urgentemente o transporte público de João Pessoa. Precisamos enfrentar o tema com a responsabilidade devida – inclusive, vereador Bosquinho, sem querer lhe responsabilizar, mas você, como nosso representante no Conselho Tarifário, precisa ser levado em conta todas as falas feitas por esta Casa, vereador Dinho. O sistema de transporte público de João Pessoa, hoje é, sem sombra de dúvida, uma vergonha, inclusive para esta Casa, porque essa Casa é a responsável, é a voz dessa sociedade que se utiliza desse



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

transporte. Se você hoje observa a Integração fechada, se você vai aos bairros de nossa cidade, as linhas não existem. Ao final de semana, é ônibus de 2 em 2 horas em determinados bairros. Mas quando a gente observa as propagandas, quando a gente vê a mídia oficial, o transporte público é perfeito, é com ar-condicionado, é com Wi-Fi. E o pior é que, todas as vezes, procuram escamotear a realidade do que está se existindo em nossa cidade. Abra-se uma parada de ônibus na Lagoa e trata-se a parada de ônibus como Integração. Mas a Integração do Varadouro permanece fechada, sucateada, desrespeitada a um olhar de todos nós. O Ligeirinho, ou outro nome que tentaram dar a esse transporte atual, só passa em bairro nobre. Estranho, porque no bairro nobre as pessoas não utilizam com a necessidade que as pessoas mais carentes se utilizam. Essa realidade do bairro das Indústrias, do Valentina de Figueiredo, a realidade do bairro do Novaes, de Cruz das Armas, do Cristo, do Rangel, não é a realidade que a propaganda mostra do transporte perfeito. Não é a realidade que se mostra do transporte ideal para a cidade de João Pessoa. Não é o transporte ideal para quem paga o segundo transporte mais caro do Nordeste. Já tiraram o cobrador do transporte coletivo, já se pegou o transporte coletivo e deu isenção, nesta Casa, por 5 anos consecutivos – 50% de isenção de ISS – no intuito de melhorar o transporte. E aí, precisa-se dizer aonde melhorou esse transporte, para quem melhorou esse transporte. É preciso que a gente vá às ruas ouvir as pessoas que utilizam o transporte público da cidade para que a gente, realmente, possa compreender o que as pessoas estão sentindo e o que as pessoas estão vendo. Esse acidente de hoje, no bairro Treze de Maio, nada mais foi do que um aviso ou, até mesmo, um alerta para que esta Casa se posicione com mais firmeza sobre o tema, para que essa Casa possa tratar esse tema com a responsabilidade que nós temos, porque nós somos os verdadeiros fiscais de todo esse processo. A gente precisa tratar transporte coletivo ouvindo os usuários, ouvindo os motoristas, para que eles possam dizer como eles estão trabalhando no dia-a-dia. Ouvir os estudantes que, muitas das vezes, não têm o transporte para ir às suas escolas, porque o transporte passa de hora em hora – algumas vezes, mais do que hora em hora. Ouvir as famílias que querem usufruir de uma praia no final de semana, mas eles não podem porque o transporte coletivo não chega lá. E às vezes, quando nós queremos votar projetos para melhorar o transporte público, inclusive com o projeto de regulamentação da moto Uber, nós temos as dificuldades maiores possíveis, e o pior de tudo isso: o sistema de transporte coletivo quer culpar a nós, por estar quebrando o sistema. Não! A culpa não é nossa – o sistema que quebrou a sociedade. O sistema que está desmoralizando a sociedade. O sistema que está colocando a vida da sociedade em risco. Essa, sim, é a dura realidade do que nós estamos vivendo. Essa é a verdade do sistema de transporte público de João Pessoa. Esse é, na verdade, o tema que nós precisamos tratar com responsabilidade, para que a gente possa responder ao usuário de transporte coletivo com a decência, com a honestidade e com a responsabilidade de quem cuida de verdade, não no discurso, para quem cuida de verdade das pessoas que utilizam esse transporte. Também queria tratar um outro tema que tem me preocupado em nossa cidade. Inclusive, já fiz uma vistoria com o vereador Coronel Sobreira em um momento que nos encontramos na rua, que é sobre o recapeamento asfáltico que está sendo feito em nossa cidade. Eu estou entregando um requerimento essa semana, para que possa ser encaminhado a esta Casa qual é a empresa que está fazendo esse serviço, qual o valor do quilômetro de asfalto que está sendo colocado e qual o critério que está se colocando asfalto em nossa cidade, porque é outra disparidade assustadora. Nós estamos recapeando a Avenida Edson Ramalho, onde o asfalto está ficando três dedos a mais do que uma calçada. Nós estamos recapeando a Ruy Carneiro e Epitácio Pessoa onde o asfalto, até então, estava bom, e o que a gente está vendo atualmente é que o que era bom está se tornando ruim. Nós estamos andando em verdadeiras lombadas aonde eram as ciclovias da Ruy Carneiro, que foi colocado um asfalto novo. E é muito simples: não acreditem em mim. Bora fazer uma visita *in loco* e bora filmar como é que estão passando os carros nessa localidade. Precisamos conhecer essa empresa, o valor, o



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

critério, para que depois a gente possa entender qual é a finalidade desta empresa nesse processo de asfalto em nossa cidade. No bairro que precisa não tem chegado, mas, aonde não precisa, está se chegando, e de uma forma não republicana”.

Em aparte, o Sr. vereador Carlão Pelo Bem disse: “O que a gente precisa trazer à memória desta Casa e da cidade de João Pessoa é que foi feito um convênio, uma isenção de impostos, para empresas de ônibus. E dessa isenção de ISS, a qual eu já entrei várias vezes com requerimento para querer saber quanto era esse valor de isenção ao final de cada ano, uns disseram que era cinco milhões, outros disseram que era sete milhões. Mas enfim, essa redução de ISS em 50% iria trazer para população frota nova, ônibus com ar-condicionado, ônibus com Wi-Fi. O que a gente viu, há pouco tempo, foi a entrega de poucos ônibus com Wi-Fi. A frota nova, avançou. Ar-condicionado, só o Geladinho – e a população não teve as benesses. Aonde estão os ares-condicionados nos ônibus? Aonde está o destino final dos ônibus? Pessoas andam mais dois quilômetros, um quilômetro e meio, para chegar até a sua casa. Desde o tempo de pandemia, que se reduziu a frota, essa frota nunca mais foi a mesma e a população só continuou sofrendo mais. E a gente precisa, sim, responsabilizar a Prefeitura, responsabilizar esta Casa que foi, também, conivente com as isenções. A última isenção, eu não votei. Por quê? Porque eu não vi a melhoria para população. Cadê os ônibus com Wi-Fi? Cadê os ônibus com ar-condicionado? E reconheço que houve um avanço de frota nova, mas cabe a nós ir buscar, dia a dia, a melhoria para população, e o transporte de ônibus, hoje, ele não está condizente, ele não ajuda a população. Faz o seu mínimo quando a população espera mais. Ônibus lotado, quente, sem nenhuma das promessas a qual a gente isentou, aqui, de impostos. Isso merece uma resposta para essa Casa e para população de João Pessoa”.

Aparteando, o Sr. vereador Coronel Sobreira disse: “Foram dois temas que o vereador Milanez trouxe à baila nesta manhã, em seu Grande Expediente. Eu não vou falar de transporte público, porque esse é um tema que a gente já falou reiteradas vezes e o problema é crônico. Precisa, como bem colocou o vereador Milanez, tratar isso com muita responsabilidade e com desejo de solucionar. Mas o outro tema que ele trouxe, um tema extremamente relevante, é o que nós estamos assistindo em João Pessoa: os recapeamentos em avenidas que, de fato, nós não enxergamos como uma lógica. Por que está pavimentando, um exemplo, na Eptácio Pessoa? Um pavimento todo bacana – eu não vou dizer 100% mas vamos dizer 90% –, e tantos outros lugares? Se a gente fala tanto em mobilidade urbana, por que é que não pavimenta uma via, por exemplo, que liga a Dom Manoel Paiva à Francisco Moura, ali no Treze de Maio. Mandacaru ao Treze de Maio. Frei Agostinho. Então essa é uma via que, de fato, melhoraria a mobilidade naqueles bairros – bairro dos Estados, Mandacaru e Treze de Maio. Um outro exemplo que eu quero dar: por que não pavimenta uma via, que melhoraria muito, a Hilton Souto Maior à Ciro Trocoli, que vai ligar ali onde é o Bem Mais, por dentro, e vai sair próximo a Trans Nacional? Por que não pavimenta aquele local, que melhoraria a mobilidade? Então são essas análises, esses estudos que a Prefeitura, através da SEINFRA, através da SEMOB, precisa analisar, para que nós não tenhamos gastos desnecessários, como bem está sendo colocado aqui, nesta manhã. Então é importante trazer essas informações em preços, custos, por que o município está gastando tanto em lugares indevidos. Muito obrigado”.

Ao apartear, o Sr. vereador Marcos Henriques disse: “Vereador Milanez, tem algumas questões que precisam ser ditas aqui. Depois da pandemia, mais de 100 linhas de ônibus saíram, foram suprimidas. Então, uma das coisas que eu pergunto aqui, desde muito tempo, é por que não se dialoga com as empresas de transporte coletivo. Por que não se cobra que, realmente, aquilo que está no edital seja cumprido, aquilo que está na lei das concessões, seja cumprido. Acho que falta ao governo municipal, à SEMOB, esse pulso de chamar a responsabilidade, para que o transporte coletivo seja um bem que sirva a população, que sirva aos usuários. Acho, também, que esse modelo de transporte precisa ser



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

mudado. Aproveitar que existem várias linhas e vários programas do PAC do Governo Federal, para que se possa criar uma parceria do Governo Municipal, Estadual e Federal, e isso possa criar um modelo de transporte coletivo. O Sindicato dos Ferrovieiros já está chamando a gestão para poder discutir isso: que modelo de transporte coletivo a cidade de João Pessoa merece, já beirando a um milhão, com quase 900 mil moradores. Então fica aqui essa reflexão, e parabênz Vossa Excelência por trazer esse tema tão importante e tão necessário para a discussão na cidade de João Pessoa”.

Retomando a palavra, o orador, Sr. vereador Fernando Milanez Neto, disse: “Na verdade, vereador Marcos – quero agradecer o aparte de Vossa Excelência, do vereador Sobreira, do vereador Carlão – mas as linhas não foram suprimidas, foram suspensas. A supressão foi feita pelo governo. Naquele instante, elas foram suspensas por conta da pandemia, como foram suspensos os trabalhos da gente aqui – ficou remoto. Tudo voltou ao normal e, estranhamente, essas linhas não retomaram. Na verdade, o transporte coletivo, hoje, está caindo até janelas. Comemoro? Não, vereador Marcos. Há 25 anos atrás o transporte coletivo de nossa cidade só perdia para o transporte público de Curitiba. O que é que ocorreu de lá para cá, que o transporte se tornou tão decadente? Essa Casa deu isenção de ISS durante 5 anos consecutivos. Por que o que foi prometido no discurso da isenção entregue não foi, realmente, feito? A frota renovada com ônibus do ano, ou com ônibus menos velhos do que os que existiam? O que nos consta, é que foi com os ônibus menos velhos dos que existiam. A gente precisa fiscalizar essas obras de recapeamento. Precisamos observar, conhecer o valor de tudo isso, compreender qual o critério, para que a gente possa fazer uma análise criteriosa em relação a isso. E nos próximos dias, também, eu irei tratar, em nome da oposição, sobre um caso da saúde do nosso Município que tem gerado um desconforto muito grande, que é sobre a regulação paralela, que já tinha sido denunciada nesta Casa por diversas vezes e que, agora, começa a se materializar de uma forma mais nítida para opinião pública. Precisamos trazer elementos e precisamos ouvir os envolvidos, para que a gente possa se incorporar, enquanto fiscal da sociedade, sobre um tema tão importante para a cidade de João Pessoa e, acima de tudo, para democracia. Muito obrigado, Presidente”.

2º Orador (a)

O orador, Sr. vereador Marcos Henriques, disse: “Sr. Presidente, os debates que foram travados aqui me dão oportunidade de primeiro, dizer ao vereador que na tribuna, aqui na mesa, falou sobre o PT ter medo de farda. E é importante a gente poder fazer esse debate porque basta clicar no Google para ver os investimentos que estão sendo feitos, por exemplo, na Polícia Rodoviária Federal, os investimentos e o respeito que o nosso partido tem às Forças de Segurança. É importante a gente dizer isso porque a desqualificação, ela é muito ruim. Eu sempre faço questão de vir aqui para discutir números porque é isso que nos cabe: apontar o caminho a seguir pela população, que tão ansiosamente nos quer ver falar, nos elege para isso. Quando o governo Lula assumiu, dos 99 indicadores, em 66 deles foram avançados. Dos 99 indicadores, em 66 o governo superou e muito. Basta nós vermos o nível de desemprego que caiu, drasticamente. Não foi pouco, não, foi muito, quase a metade do que nós tínhamos no governo passado. Basta nós olharmos o Produto Interno Bruto. Aquilo que o Brasil, aquele índice que é referência para tantos indicadores, tem, sempre em crescimento. Basta nós vermos as políticas de inclusão social, que antes nós não tínhamos e agora nós estamos tendo. Estamos tendo de maneira muito clara. A evasão escolar, ela diminuiu muito. Tem um programa, Pé de Meia, que é um programa extremamente importante que está motivando tantas crianças, tantos adolescentes a ficarem na sua escola. Eu poderia passar a manhã toda pontuando aqui aquilo que o governo Lula está trazendo de diferente, de bom para a população brasileira. Mas eu me sinto na obrigação de dizer que o Partido dos Trabalhadores está melhorando e não só isso, mas também o Partido dos Trabalhadores tem respeito à segurança nacional, às forças de segurança. Agora, nós temos medo dos homens de bem.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Os homens de bem. Olhe, quando você vê um cara dizer que é homem de bem, que defende a pátria, Deus e a família, corra. Corra de perto. Porque aí tem um hipócrita, que faz tudo ao contrário. Então é contra esses homens de bem que eu tenho medo. Eu tenho medo. Basta a gente folhear um pouco das notícias de estupros, de agressão a mulheres, de uma série de contravenções. Quando você olha nas redes sociais, o cara, veja quem é que o cabra defende. Não são todos, é verdade. Mas grande parte desses homens de bem vêm aqui na tribuna falar um monte de hipocrisia. Aí, eu tenho medo. Aí, eu tenho medo. Então fica aqui essa constatação que um novo Brasil... (inaudível). Peço que aqueles que vivem naquele mundo paralelo acordem. Aqueles que estão sobrevivendo naquela caixinha, que está recebendo diariamente aquelas matérias malfadadas, mentirosas, *fake news* acordem. Vejam o que está acontecendo no nosso país, é algo muito positivo. Vejam que o nosso país está mudando, está mudando para melhor. Então fica aqui o nosso respeito, mas jamais terão o nosso silêncio, aqueles que vêm pra cá cheios de ódio no coração insinuar, fazer insinuações que nada tem a ver com a realidade. Então fica aqui essa fala, uma fala positiva, nós estamos já chegando ao final do ano. E nesse final de ano, nós vamos ter muita coisa a comemorar, companheiro Pé de Aço. Vamos ter muita coisa a comemorar, sim, porque o nosso país, ele está nos trilhos. O nosso país, hoje, nós temos a discussão política do nosso país. A gente não está aqui para discutir algumas questões que muitos pastores levam para suas igrejas para tentar enganar as suas ovelhas, tentar desqualificar o nosso governo, através de uma política identitária, através de uma política nociva, uma política falsa que eles levam para as igrejas, tentando e levando maniqueísmo político: ‘Olha, nós somos do bem. E ali é o povo do mal’. Essa política maniqueísta, ela é algo premeditado. Premeditado porque grande parte das igrejas, elas são daqueles que estão defendendo os interesses daqueles que estão no andar de cima, daqueles que estão lá em cima, os ricos que jamais querem que as pessoas possam igualar sua questão financeira. Não são todas as igrejas, claro. Eu também sou cristão, tenho a minha crença. E fico muito triste quando vejo a religiosidade sendo usado para política. Usada de maneira capciosa. Então teria que vir aqui dizer isso, para desmascarar uma fala que teve aqui, que eu fico na responsabilidade de defender aquilo que eu acredito, que é o Partido dos Trabalhadores. Eu acredito, eu estou aqui porque eu acredito nele, acredito nas políticas que estão sendo gestadas e acho que o povo precisa entender o momento importante que nós estamos vivenciando e, ao invés de dar voz e dar coro aqueles que estão se alimentando de mentiras, dizer e constatar que o novo país, o novo Brasil está nascendo. Então um grande abraço a todos e todas que estão acompanhando a TV Câmara, que Deus abençoe a todos. Muito obrigado, Sr. Presidente, era isso que tinha a dizer por hoje”.

4 ENCERRAMENTO

Às 11h50, na presidência, o Sr. vereador Bosquinho declarou encerrada a presente sessão, marcando a próxima em local e data regimentalmente estabelecidos.

Esta ata foi elaborada pelo Núcleo de Redação de Atas da Casa (*****), sob a orientação da Primeira-Secretaria da Mesa Diretora dos Trabalhos, e submete-se à apreciação plenária.

(*) Com base nos dados registrados no Sistema de Apoio ao Processo Legislativo – SAPL – sobre a referida Sessão.

(**) De acordo com pauta emitida pelo Setor de Expediente registrada no Sistema de Apoio ao Processo Legislativo – SAPL.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

(***) Com base na pauta emitida pela Secretaria Legislativa e em relatórios de votação disponibilizados no Sistema de Apoio ao Processo Legislativo – SAPL.

(****) Com base na lista de presença do painel.

(*****) Com base nos registros de áudio dos discursos proferidos, em documentos e em reprografias remetidos ao Núcleo.

Sala das sessões da Câmara Municipal de João Pessoa, aos 22 dias do mês de outubro do ano de 2024.

Vereador Valdir José Dowsley – Dinho

Presidente da Mesa

Vereador Marcílio Pedro Siqueira Ferreira –
Marcílio do HBE

Primeiro-Secretário